TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

ATA Nº 8902023 - STJPR-GS-NGRC-C

SEI!TJPR Nº 0021247-29.2021.8.16.6000
SEI!DOC Nº 8902023

Data e hora	23/03/2023, 14:10h às 15:15h
Local	Sala de Reuniões da Secretaria
Assunto	6ª Reunião do Comitê de Gestão de Riscos.
Participantes	• Dra. Fernanda Karam de Chueiri Sanches - Juíza Auxiliar da Presidência e Presidente do Comitê; • José Luiz Faria de Macedo Filho - Secretário do Tribunal de Justiça; • Vinicius Rodrigues Lopes - Diretor do Departamento de Planejamento • Thiago Martini Ribeiro Pinto – Coordenador do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance e Secretário do Comitê; • Fábio de Araujo e Roberta Geneci Neves Weber Teigão – Assessoria Técnica do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance.

O secretário do comitê, Thiago Martini, iniciou a reunião explicando as atribuições do Comitê de Gestão de Riscos, a criação do NGRC e as oficinas de Gestão de Riscos. Em seguida atualizou a todos sobre a oficina de Gestão de Riscos do Processo de Pagamento de despesas realizadas pelo PJPR, com representantes do DEF e do NGRC, e que foram levantados 17 riscos, dentre eles 3 riscos de nível alto. Destacou-se que esta ação resultou na proposta de aperfeiçoamento da Instrução Normativa nº 05/2017, que disciplina o processo de pagamento de despesas do TJPR.

Na sequência, foram apresentados os resultados da oficina de gestão de riscos realizada com representantes da Central de Movimentações Processuais - CMP no processo de expedição de alvarás de levantamento de valores e/ou ofício de transferência, no primeiro grau de jurisdição. Nesta oficina foram levantados 14 riscos, dentre eles, 8 riscos de nível alto e 2 riscos de nível extremo.

Perante o exposto, apontou-se que vários riscos levantados na oficina se relacionam com a Caixa Econômica Federal. Então, a presidente do comitê, dra. Fernanda Karam de Chueiri Sanches, destacou que o BRB (Banco Regional de Brasília) está efetuando pagamentos dos depósitos judiciais via pix em alguns Tribunais, dispensando o uso de expedição de alvarás. Diante disso, o sr. secretário do Tribunal de Justiça, José Luiz Faria de Macedo Filho, salientou

que na próxima semana terá uma reunião com a Caixa para tratar de problemas relacionados aos precatórios e que poderá levar os riscos levantados nesta oficina.

O sr. Fábio de Araújo destacou, então, que por se tratar de um projeto novo, a CMP ainda não está executando esta atividade de expedição de alvarás e por consequência, ainda não respondeu ao NGRC com relação ao monitoramento da implantação dos controles. Então, o Diretor do Departamento de Planejamento, sr. Vinicius Rodrigues Lopes, sugeriu que seria interessante a Corregedoria-Geral da Justiça tomar ciência desta análise de riscos para ajustar algum item da pauta de correições. Desta forma, deliberou-se pelo envio do relatório da Oficina de Gestão de Riscos do Processo de Expedição de Alvarás à Corregedoria-Geral da Justiça.

Em seguida, o secretário Thiago Martini apresentou as atualizações da Política de Gestão de Riscos do Poder Judiciário. Informou que a revisão foi encaminhada ao Departamento de Auditoria Interna - DAUDI para sugestões e que estas foram, na maioria, acolhidas. Explicou, também, que em virtude da contratação do *Software* para Gestão de Riscos, optou-se, neste momento, por não enviar as alterações do Manual de Gestão de Riscos, pois ainda poderão sofrer correções. Deliberou-se, então, pelo encaminhamento das alterações da Política de Gestão de Riscos para as unidades dos membros do Comitê, para apreciação e sugestões antes de ser submetido à Consultoria Jurídica competente.

Outro assunto abordado na reunião foi a aprovação e publicação do Decreto Judiciário nº 560/2022 que versa sobre a Política de Segurança da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná e estabelece competências administrativas aos seus órgãos integrantes. Destacou-se que a minuta foi previamente enviada a Assessoria Técnica do NGRC, que realizou a sua revisão e recomendou algumas sugestões, que foram, na maioria, acolhidas pelo DTIC. Sobre este assunto deliberou-se que a Política de Segurança da Informação deve ser divulgada para o público interno e o assunto deve ser retomado na reunião do Comitê de Governança de Segurança da Informação.

Foi apresentado, também, o modelo de documento padrão SEI desenvolvido pelo NGRC, denominado Relatório de Gerenciamento de Riscos, que visa auxiliar no registro e na comunicação das informações levantadas em todas as fases do gerenciamento de riscos de maneira padronizada para todo PJPR. Em seguida, foi apresentado o roteiro para o curso baseado no Manual de Gestão de Riscos do Poder Judiciário que está sendo desenvolvido em parceria com a EJUD.

Outro assunto trazido a pauta foram os erros de faturamento observados no Sistema SADE. Para sanar o problema, foi acordado entre DGST e DTIC pelo desenvolvimento de novo sistema. O NGRC solicitou ao DTIC, em 14/03/2023, informações atualizadas quanto à implementação das correções relativas às inconsistências reportadas, assim como o status de desenvolvimento do novo sistema que substituirá a referida solução, porém sem resposta até o momento. Deliberou-se, então, pelo envio ao sr. Secretário que irá solicitar o encaminhamento da resposta em 48 horas.

Na sequência, o sr. Thiago Martini atualizou sobre o Gerenciamento de Riscos realizados em processos da Cadeia de Valor que são de responsabilidade do NGRC: avaliação de riscos do processo de Realização de Oficinas de Gestão de Riscos foram levantados 7 riscos e dentre eles 1 riscos de nível alto; avaliação de riscos no processo de Elaboração da Carta Anual de Governança foram levantados 6 riscos, sendo 1 de nível extremo; e avaliação de riscos do processo de Análise de Compliance nas Contratações em que foram levantados 7 riscos, sendo 1 de nível alto.

Foi apresentado, também, o Gerenciamento de Riscos, realizado pelo DTIC, no processo de Gestão do iGovTIC-JUD. Neste processo foram levantados 6 riscos, sendo 1 de nível alto que será monitorado pelo NGRC.

Então, foi concedida a palavra ao sr. Fábio de Araujo, que atualizou sobre a contratação de *Software* para Gestão de Riscos e Auditoria Interna, que se encontra no final da fase especificação técnica e que pretende ser contratado até metade do ano.

Para finalizar o sr. Thiago Martini apresentou os números relativos ao indicador estratégico 52: Gerenciamento de Riscos.

Por fim, sugeriu-se que a próxima reunião seja realizada na primeira quinzena de julho e, por não haver outras deliberações, foi encerrada a presente reunião.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Drª. Fernanda Karam de Chueiri Sanches

Juíza Auxiliar da Presidência

Presidente do Comitê de Gestão de Riscos

José Luiz Faria de Macedo Filho

Secretário do Tribunal de Justiça

Membro do Comitê de Gestão de Riscos

Vinícius Rodrigues Lopes

Diretor do Departamento de Planejamento

Membro do Comitê de Gestão de Riscos

Thiago Martini Ribeiro Pinto

Coordenador do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance

Secretário do Comitê de Gestão de Riscos

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO MARTINI RIBEIRO PINTO**, **Coordenador do Núcleo de Governança, Riscos e Compliance**, em 29/03/2023, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO**, **Secretário do Tribunal de Justiça**, em 29/03/2023, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Karam de Chueiri Sanches**, **Juíza Auxiliar da Presidência**, em 30/03/2023, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS RODRIGUES LOPES**, **Diretor de Departamento**, em 10/04/2023, às 13:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjpr.jus.br/validar informando o código verificador **8902023** e o código CRC **C1757FA8**.